



# Anais da Assembléia

N.º 115

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 175ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1977.

### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Renato Bernardi.

Às 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 108/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça; Mensagem No. 56/77, ex-Proposição número 124/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de Cambé, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CIP, por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 20, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia, a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 176ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1977.

### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Se-

nhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o Plenário, se encaminhe ofício ao Governador Octávio Cesário Pereira Júnior, solicitando o envio à Assembléia Legislativa, de Mensagem consubstanciada em Projeto de Lei Complementar, a que alude o artigo 61 da Constituição Estadual à Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, requer ouvido o Plenário, se encaminhe ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando a realização de estudos com o objetivo de antecipar a implantação da Reforma de Ensino (Lei número 5692), para ofertar maiores opções na área profissionalizante à clientela escolar de segundo grau, no Município de Peabiru, especialmente na área agro-pecuária.

O pedido se justifica, conforme faz ver o expediente anexo da Câmara de Vereadores do citado município, (...) considerando-se que Peabiru faz parte de uma região onde estão localizados os Municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Engenheiro Beltrão, Campo Mourão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Mamborê, Mariluz, Moreira Salles, Nova Cantu, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa, Ubatã, e que esses municípios todos, formam, indubitavelmente, uma extensão territorial onde a produção agrícola, onde pontifica o soja, trigo, milho, feijão, arroz, café, como uma das maiores do Paraná e, para que essas lavouras sejam plantadas na conformidade com a técnica moderna, necessidade há de que exista uma escola de técnicos em tal mistério.

(...)

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à Câmara Municipal de Peabiru, através o envio de ofício do

inteiro teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a fim de que seja instalado um Posto de Saúde, através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, no Distrito de Boa Esperança, Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério dos Transportes, PLEITEANDO o estabelecimento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA para outorga de concessão de direito para que o serviço de transporte de passageiros nos percursos: MARINGÁ-CURITIBA e MARINGÁ-SÃO PAULO — seja explorado por mais uma empresa de ônibus.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

### JUSTIFICATIVA:

Em diversas oportunidades anteriores, denunciemos nesta Assembléia, o incompreensível protecionismo dedicado pelo Governo Federal à Viação Garcia Ltda., tornando-a absoluta proprietária dos direitos para exploração do serviço de transporte de passageiros nos percursos Curitiba a Maringá, de Maringá a São Paulo e em outras linhas.

Para corroborar nosso posicionamento, o ilustre vereador Midufo Vada, integrante da egrégia Câmara Municipal de Maringá, propôs de forma inteligente, requerimento já aprovado em sessão de 23 de agosto, sugerindo que estudos fossem realizados pelos órgãos competentes para a abertura de concorrência pública para que "mais uma empresa de ônibus de transporte coletivo, possa explorar as linhas já citadas."

Argumentou aquele atento edil maringaense que "se deve considerar a inexistência de opções para viagens, uma vez que os trens não condizem com a nossa realidade, pois são obsoletos e, por esta razão, há necessidade de que mais uma empresa exista para que os usuários de transporte coletivo sejam atendidos com mais assistência e conforto."

De fato, nem os desconfortáveis e morosos comboios da Rede Ferroviária Federal S/A., assim como também os insuficientes veículos da Viação Garcia oferecem o mínimo exigível do necessário para uma ordenada e racional locomoção dos milhares de usuários que se acotovela nas também desconfortáveis estações rodoviárias dos eixos MARINGÁ-CURITIBA, MARINGÁ-SÃO PAULO e outros trajetos tais como os que atingem as cidades de PARANAÍ, CAMPO MOURÃO e UMUARAMA.

A inadmissível intocabilidade da empresa londrinense é flagrante desrespeito ao Decreto 68.961 de 20 de julho de 1970, cujo artigo terceiro determina: "O DNER estabelecerá, por etapas, o plano dos serviços interestaduais e internacionais de transporte coletivo de passageiros, DIVULGANDO-O AMPLAMENTE."

O parágrafo primeiro do artigo acima citado preconiza que "Inicialmente, procederá ao levantamento, estudo e classificação dos serviços já existentes, estabelecendo, com observância de critérios uniformes, o seu regime de exploração, através concessão ou autorização, nos termos deste Regimento". Já o parágrafo segundo é mais incisivo e ordena que "O PLANO

PREVISTO NESTE ARTIGO SERÁ PERIODICAMENTE ATUALIZADO COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR, PREVENDO NOVOS SERVIÇOS QUE DEVEM SER IMPLANTADOS, COM OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES DESTE REGULAMENTO."

Para asseverar a necessidade da concessão para uma segunda empresa explorar o serviço de transporte coletivo nos percursos já enumerados, o item I do parágrafo único do artigo quarto do Regulamento em tela, salienta que para efeito de outorga de concessão ou autorização, deve haver: "JUSTA NECESSIDADE DE TRANSPORTE, DEVIDAMENTE VERIFICADA POR LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS E CENSITÁRIOS, ADEQUADOS E PERIÓDICOS", enfatizado pelo item II: "POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONOMICAMENTE SUFICIENTE, AFERIDA PELO COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO ADOTADO NA COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA".

Por outro lado, a concessão de direito para que uma segunda empresa de transporte coletivo para atendimento dos trajetos MARINGÁ-CURITIBA e MARINGÁ-SÃO PAULO concorreria sobremaneira para com os objetivos da campanha nacional de racionalização do uso de combustível, de vez que em se registrando melhores condições para viagens de ônibus, centenas de veículos particulares deixariam de circular.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Submeto à apreciação desta Casa, dois requerimentos: um deles diz respeito à solicitação que lanço à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, com vistas à implantação da reforma de ensino, no Município de Peabiru, objetivando com isso a oferta de maiores opções de estudos à clientela escolar de segundo grau, especialmente na área agropecuária.

E o segundo requerimento se refere a pedido que faço ao Governador em exercício, Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, no sentido de que ele encaminhe à Assembléia Legislativa, projeto de lei regulamentar a que alude o artigo 61, da Constituição Estadual, relativo à Procuradoria Geral do Estado. Tal pedido encontra justificativa na omissão, até agora, do Governador Jayme Canet Júnior, em encaminhar a esta Casa tal projeto, a despeito de promessa solene e formal que fez há um mês atrás, no sentido de que tal Mensagem seria encaminhada à Assembléia Legislativa.

Nestas condições, solicito aos eminentes Srs. Deputados a aprovação destes dois requerimentos.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para ler uma nota do "O Estado do Paraná" de hoje, sob o título, "Problemática criminal segundo Hélio Bicudo".

"Ao dar início da 21ª Semana Jurídica, promovida pelo Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Sociais Aplicados da UEL, o ex-promotor Hélio Bicudo fez um extenso relato de suas observações referentes à problemática criminal e suas implicações com o sistema judiciário, que para ele "não atingiu propriamente o judiciário, mas sim a sua cúpula, ficando como sempre os problemas sem soluções".

Para ele, as leis no Brasil foram feitas para o pobre. Os processos de "colarinho e gravata" não têm continuidade. Conforme ainda sua explanação, a um público que lotou o anfiteatro do Instituto Brasileiro do Café, "as leis como o Código

Civil são para o Brasil obedecer, quando o processo é um tema dinâmico, dependendo do local e tempo em que é aplicado."

Bicudo referia-se assim por achar que as leis processuais deviam ser unitárias, "expondo os princípios de garantias e direitos individuais", mas que pelo menos cada Estado tivesse seu próprio regulamento. "Uma intimação no Amazonas nunca poderá ser entregue da mesma maneira que num Estado como São Paulo".

Por isso — disse ele — é que cada Estado deveria ter um código de procedimento próprio, e claro a União ditaria as normas gerais". Segundo Hélio Bicudo, esse Estado de situação passou a ser de maneira mais clara, a partir do "pacote de abril", que, segundo ele, "não permitiu uma abertura, ao contrário, as normas expostas centralizaram ainda mais a administração do Poder Judiciário. Com isso, o Estado que antes tinha certa autonomia, ficou sujeito a este órgão constitucional que é o Conselho Federal da Magistratura, que não é nada menos que um órgão punitivo para a própria magistratura".

Referindo-se a aspectos policiais, Bicudo acrescentou que "hoje quem dá as cartas é a polícia. O juiz e o promotor em geral são apenas expectadores. Se a polícia achar que deve abrir inquérito sobre determinada questão, muito bem, do contrário é ela mesma que vai julgar a pessoa".

"Aqui no Brasil não fazemos nem a polícia preventiva, mas adotamos cães e fuzis para prender os "trombadinhas" de São Paulo. Num flagrante constrangimento das pessoas que não devem nada, mas que vão para averiguações, como suspeitos. E disso, para a violência indiscriminada é um passo".

Sobre este detalhe, disse que uma das soluções seria a fiscalização "do próprio policial consciente, da vítima, do povo e da imprensa. Hoje, no Brasil, torturar preso está no consenso. É normal praticar tortura, e é justamente este tipo de conformismo que tem que ser combatido, tem que ser denunciado como forma de coibir os praticantes de tais violências."

"A diferença para ele, do preso comum político, "é a de que o preso comum sofre mais que o outro.

O político tem "status", tem advogados que se interessam por ele. O preso comum não. Não tem ninguém. Hoje se você for preso vai ficar um bom tempo até falar com o advogado ou juiz. E devido a este tipo de relacionamento preso-policial, acrescido da repressão como única maneira mais eficaz de combate ao crime, é que a criminalidade nos nossos dias, cresce cada vez mais."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei número 27/77, Mensagem número 59/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa transferir ao Patrimônio da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, os bens que especifica, de propriedade do Estado. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 27/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, para integralização ou aumento de capital, mediante escritura pública, os seguintes imóveis:

I — FURNAS — Parque Estadual de Vila Velha.

Terreno rural, com a área de 59.688,4639 metros quadrados, ou seja 6 hectares aproximadamente, situado no Municí-

pio de Ponta Grossa, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição número 17.201, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa. Confronta-se de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, com o restante do mesmo imóvel.

II — LAGOA DOURADA — Parque Estadual de Vila Velha.

Terreno rural, com a área de 106.011,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no Município de Ponta Grossa, de propriedade do Estado do Paraná, havido conforme transcrição número 17.201, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa. Confronta-se de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, com o restante do mesmo imóvel.

III — GRUTA DE CAMPINHOS — Parque Estadual de Campinhos.

Terreno rural, com a área de 112.811,1240 metros quadrados, ou aproximadamente 11 hectares, situado no Município de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado do Paraná, havido conforme transcrição número 1.698, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul. Confronta-se de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, com o restante do mesmo imóvel.

IV — GRUTA DO MONGE — Parque Estadual do Monge.

Terrenos. Compreendendo três imóveis de propriedade do Estado do Paraná, com as seguintes áreas:

a) 10.278,00 metros quadrados, constante da escritura lavrada no Livro 81-N, às fls. 48v, do 10º Tabelião de Curitiba. Confronta-se ao Norte, Leste e Sul, com terrenos do Estado, e a Oeste com terras do Município da Lapa.

b) 7.666,00 metros quadrados, constante da transcrição número 28.178, do Livro 3-A, fls. 15, do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa. Confronta-se ao Norte com o imóvel de Frida Mayer, e ao Sul, com terreno do Município da Lapa.

c) 16.760,00 metros quadrados, constante da escritura pública lavrada no Livro 242-N, às fls. 64v, do 7º Tabelião de Curitiba. Confronta-se ao Norte com terrenos do Município da Lapa e ao Sul, Leste e Oeste, com terrenos do próprio Estado.

Art. 2º — A transferência de que trata a presente lei, será precedida de avaliação dos bens e do preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3º — Os imóveis, objeto da doação aqui prevista e devidamente descritos, ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

DEL CIEL — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 154/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 347/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Matinhos, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 154/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Matinhos, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gabriel de Lara e o Hospital de Matinhos, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 155/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 352/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paranaguá, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 155/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Paranaguá, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Dr. Roque Vernalha e o Grupo Escolar Faria Sobrinho, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 156/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 354/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Peabiru, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 156/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 04 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Peabiru, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Centro de Saúde e a Delegacia de Polícia, da sede do referido Município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 157/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 355/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 157/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva e o Grupo Escolar Da. Pérola E. Byington, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 158/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 356/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola D'Oeste, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 158/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pérola D'Oeste, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Padre Reus e o Grupo Escolar Castelo Branco, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 160/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 359/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quitandinha, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 160/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 15 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Quitandinha, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Eleutério Fernandes de Andrade, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução número 161/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 361/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 161/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 01 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão Claro, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Higiene e o Posto de Puericultura, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente  
DEL CIEL – Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado em exercício, no sentido de ser encaminhada à Assembléia Legislativa, Mensagem consubstanciada em Projeto de Lei Complementar, a que alude o art. 61 da Constituição Estadual, relativo à Procuradoria Geral do Estado. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido da realização de estudos com o objetivo de antecipar a implantação da Reforma de Ensino, no Município de Peabiru. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério dos Transportes, pleiteando o estabelecimento de concorrência pública para outorga de concessão de direito para que o serviço de transporte de passageiros nos percursos Maringá-Curitiba e Maringá-São Paulo, seja explorado por mais uma empresa de ônibus. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja encaminhada solicitação ao Sr. Governador do Estado, a fim de que seja instalado um Posto de Saúde, através da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, no Distrito de Boa Esperança, Município

de Pérola. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes de nosso Estado, no sentido de que sejam prestadas informações a esta Casa. – APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Presidente, para colher uma informação da Mesa. Perguntaria se na Ordem do Dia da próxima sessão, estão incluídas as três mensagens que receberam regime de urgência, em data de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Esta Presidência responde que não estão incluídas. Estão tão somente projetos de resolução.

O SR. ENÉAS FARIA – A Mesa, em todo caso, prevê a inclusão na Ordem do Dia para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) – Sr. Deputado Enéas Faria, os projetos em regime de urgência, segundo esta Assessoria pode constatar, são os de números: 81, 91, 109, todos barra 77, que não estão incluídos para a sessão de segunda-feira.

O SR. ENÉAS FARIA – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 82/77.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução números 111/77, 254, 257, 259, 260, 261, 262, 276 e 280/77.

Levanta-se a sessão.